

Commandery Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Commandery Participações S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Commandery Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Commandery Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Commandery Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e às suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

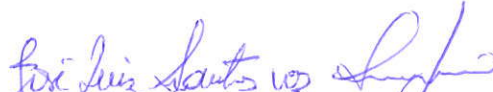
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 25 de maio de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº BA 015640/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMMANDERY PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	572.680	1.147.948
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	24	-	-	(381.204)	(966.311)
LUCRO BRUTO		-	-	191.476	181.637
DESPESAS					
Gerais e administrativas	24	(47)	(60)	(47.968)	(56.612)
Honorários dos administradores	24	-	-	(5.594)	(3.856)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	-	-	822	622
Total		(47)	(60)	(52.740)	(59.846)
Resultado de equivalência patrimonial	24	49.964	27.481	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		49.917	27.421	138.736	121.791
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	-	-	64.936	65.372
Despesas financeiras	25	-	-	(109.145)	(106.037)
Variações cambiais líquidas	25	-	-	10.651	(12.817)
Total		-	-	(33.558)	(53.482)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		49.917	27.421	105.178	68.309
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	22	-	-	(31.522)	(39.047)
Incentivo fiscal	22	-	-	16.159	14.873
Diferido	22	-	-	(6.811)	12.615
		-	-	(22.174)	(11.559)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		49.917	27.421	83.004	56.750
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				47.449	29.275
Acionistas não controladores				35.555	27.475
				83.004	56.750
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,46	1,87		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMMANDERY PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.917	27.421	83.004	56.750
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>49.917</u>	<u>27.421</u>	<u>83.004</u>	<u>56.750</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMANDERY PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (CONTROLADORA)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva para dividendos obrigatório não distribuídos	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		14.634	2.927	38.393	234.568	-	290.522
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	27.421	27.421
Destinação do lucro:							
Distribuição de dividendos - 30 de novembro de 2015 (R\$ 18,652 por ação)	21	-	-	(38.387)	(234.568)	-	(272.955)
Constituição de reservas	21	-	-	6.855	20.566	(27.421)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		14.634	2.927	6.861	20.566	-	44.988
Aumento de capital social	21	205.366	-	-	-	-	205.366
Distribuição de dividendos - 19 de dezembro de 2016 (R\$0,03 por ação)	21	-	-	(6.861)	-	-	(6.861)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	49.917	49.917
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	21	-	2.496	-	-	(2.496)	-
Constituição de reserva de dividendo obrigatório não distribuído (R\$0,05 por ação)	21	-	-	11.855	-	(11.855)	-
Constituição de reserva de lucros retidos	21	-	-	-	35.566	(35.566)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		220.000	5.423	11.855	56.132	-	293.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMMANDERY PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (CONSOLIDADO)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
				Reserva para dividendos obrigatório não distribuído	Reserva de lucros retidos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		14.634	2.927	30.966	237.218	-	-	285.745	128.888	414.633
Distribuição de dividendos - 30 de novembro de 2015 (R\$ 18,65 por ação)	21	-	-	(30.966)	(237.218)	-	-	(272.948)	(7)	(272.955)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	29.275	29.275	29.275	27.475	56.750
Destinação do lucro:										
Distribuição de dividendos - 19 de março de 2015 (R\$ 0,39 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	(7.834)	(7.834)
Distribuição de dividendos - 28 de agosto de 2015 (R\$ 11 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	(3.165)	(3.165)
Distribuição de dividendos - 30 de setembro de 2015 (R\$ 0,15 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	(3.093)	(3.093)
Distribuição de juros sobre capital próprio - 30 de setembro de 2015 (R\$ 0,06 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Distribuição de dividendos - 28 de outubro de 2015 (R\$ 3,36 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	(4.108)	(4.108)
Distribuição de dividendos - 30 de novembro de 2015 (R\$ 2,77 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	(6.385)	(6.385)
Constituição de reservas	21	-	-	7.319	21.956	(29.275)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		14.634	2.927	7.319	21.956	-	-	42.072	130.452	172.524
Aumento de capital social	21	205.366	-	-	-	-	-	205.366	-	205.366
Distribuição de dividendos - 29 de abril de 2016 (R\$0,89 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	(15.960)	(15.960)
Distribuição de dividendos - 19 de dezembro de 2016 (R\$0,03 por ação)	21	-	-	(6.861)	-	-	-	(6.861)	-	(6.861)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	47.449	47.449	47.449	35.555	83.004
Destinação do lucro:										
Distribuição de juros sobre capital próprio - 26 de dezembro de 2016 (R\$0,14 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	(2.555)	(2.555)
Constituição de reserva legal	21	-	2.496	-	-	(2.496)	-	-	-	-
Constituição de reserva de dividendos obrigatório não distribuído (R\$0,05 por ação)	21	-	-	11.855	-	(11.855)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros retidos	21	-	-	-	33.098	(33.098)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		220.000	5.423	12.313	55.054	-	-	288.026	147.492	435.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMMANDERY PARTIK IPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		49.917	27.421	83.004	56.750
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	-	-	43.780	38.111
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	25	-	-	(18.131)	(26.147)
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	-	(2.012)	(1.790)
Baixa de imobilizado	14	-	-	2.293	135
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 25	-	-	89.679	91.795
Encargos financeiros de contratos de mútuos, líquidos	16	-	-	4.552	2.181
Variação cambial líquida	25	-	-	(10.651)	12.817
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 25	-	-	2.240	2.280
Resultado de equivalência patrimonial	13 e 24	(49.964)	(27.481)	-	-
Tributos diferidos		-	-	3.802	(3.889)
Juros e multa a faturar	25	-	-	(20.022)	(16.280)
Reversão de ajuste a valor presente	25	-	-	(10.961)	(6.971)
Redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	75.631	75.189
Arrendamento mercantil a receber		-	-	40.027	26.324
Adiantamentos a fornecedores		-	-	3.467	(3.686)
Tributos a recuperar		-	-	(22.868)	120.964
Estoques		-	-	7.233	3.738
Depósitos judiciais		-	-	(215)	465
Dividendos recebidos		-	12.379	(388)	-
Outras contas a receber		-	-	13.731	(4.560)
Aumento nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	(3)	(143.996)	(21.941)
Obrigações tributárias		(1)	-	42.183	(121.913)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(8.764)	(9.804)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	(2.178)	2.213
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de bônus de adimplência	18	-	-	(56.163)	(60.504)
Outras contas a pagar		-	-	(4.850)	14.601
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(48)	12.316	110.423	170.078
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	48	38	(58)	38
Aquisição de imobilizado		-	-	(14.823)	(91.287)
Aquisição de intangível	15	-	-	(48)	(48)
Depósitos bancários vinculados		-	-	2.949	(773)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		48	38	(11.980)	(92.070)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos		-	(750)	(22.715)	(14.991)
Ceptação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	102.405	89.574
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	(839)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	(152.989)	(157.569)
Pagamento de empréstimos a partes relacionadas		-	(11.604)	(26.813)	(14.082)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(12.354)	(100.951)	(97.068)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		-	-	(2.508)	(19.060)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-	34.695	53.755
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-	32.187	34.695
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		-	-	(2.508)	(19.060)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMMANDERY PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Commandery Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ 07.554.615/0001-09, com sede em Salvador, Estado da Bahia, constituída em 14 de julho de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, seja qual for seu tipo societário, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional.

A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2016:

- Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional. A GPE possui participação societária majoritária na Termoeletrica Potiguar S.A., Candeias Participações em Energia S.A. e Companhia Energética Potiguar.
- Global Engenharia Ltda., com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, através da cisão parcial da Global Participações Ltda., tendo por objeto social a prestação de serviços nas áreas de gestão de serviços de engenharia; de operação de usinas geradoras de energia elétrica (termoeletricas, hidroeletricas e eólicas); e de manutenção preventiva e corretiva de máquinas e equipamentos de usinas geradoras de energia elétrica; em todo o território nacional.

A Companhia possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2016:

- Termoeletrica Potiguar S.A. ("TEP"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A., na Areia Energia S.A. e na Companhia Energética da Amazônia, baixada em 25 de setembro de 2014.
- Candeias Participações S.A. ("CPSA"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a participação em outras empresas de geração de energia elétrica. A CPSA controla integralmente a Candeias Energia S.A.
- CEP Participações S.A. ("CEPP"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a participação em outras empresas de geração de energia elétrica. A CEPP possui participação societária minoritária na Companhia Energética Potiguar.
- Companhia Energética Potiguar ("CEP"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Macaíba - Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoeletrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoeletricas (UTE) Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III 66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel).

- São Francisco Energia S.A. ("São Francisco"), sociedade anônima de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em São Francisco do Conde - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, e em espera para o próximo leilão a ser realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel").
- Candeias Energia S. A. ("CESA"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela CPSA, com sede em Candeias - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as UTEs Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrente do quarto leilão de energia nova, realizado pela Aneel. Entrou em operação comercial em maio de 2010.
- Companhia Energética Manauara ("CEM"), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta pela TEP e indireta pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoeletrica (UTE) com 85 MW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 KW), nos termos Resolução Autorizativa Aneel no 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda energia gerada é integralmente transferida para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AME), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S. A. em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos. Findo esse prazo a usina será revertida ao patrimônio da AME sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da planta e a forma de transferência caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) (operações de arrendamento mercantil) e ao ICPC 03 (aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil).

- Água Limpa Energia S.A. ("ALI"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica (PCH) no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins, com 14 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel no 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho Aneel no 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S.A. ("ARE"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica PCH (11,4 MW) no Rio Palmeiras, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel no 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho Aneel no 838, de 24 de fevereiro de 2011.

A vigência das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia, tem prazo de 30 anos (Água Limpa até 26 de dezembro de 2031 e Areia até 24 de fevereiro de 2031), podendo ser prorrogada, a pedido do PIE e a critério da Aneel. Ao final desses prazos, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original e a depreciação apurada por auditoria de Poder Concedente.

As PCHs possuem contrato no âmbito da 1ª etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), que tem como objeto a venda da energia contratada as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 21 de dezembro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), às quais se submetem as partes.

Mecanismo de Realocação de Energia

As controladas indiretas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à Eletrobrás, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As controladas indiretas realizam a contabilização da provisão pela competência e, ao final do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de Riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. As controladas indiretas aderiram à repactuação do risco hidrológico apenas em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. Devido ao fato de que as controladas indiretas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor ("GSF") de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobrás, as controladas indiretas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética das mesmas e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobrás possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto ainda não foi efetuado. Quando da efetivação do desconto, o valor descontado a maior pela Eletrobrás será compensado com o valor do prêmio devido pelas controladas indiretas, finalizando a compensação no ano de 2020. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2016 na data base de 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.567 para a ARE e R\$2.170 para a ALI. As controladas indiretas possuem a expectativa que a retenção dos valores devidos iniciará a partir de 2017. No exercício de 2016, foram reconhecidos nos resultados das controladas indiretas o montante de R\$1.773 (R\$4.491 em 2015) para a ARE e R\$2.373 (R\$6.087 em 2015) para a ALI, referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2016 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas com grande regularidade ao longo de 2015. Para o exercício de 2016, houve uma redução em virtude da melhoria do cenário hidrológico do país e, em virtude dos despachos efetuados, as controladas indiretas obtiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, receita bruta de geração variável de R\$221.380 (CESA) e R\$56.877 (CEP) (2015, R\$388.537 (CEP) e R\$564.201 (CESA)), além da receita fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$52.901 (CEP) e R\$208.080 (CESA) (2015, R\$48.526 (CEP) e R\$190.242 (CESA)).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da Aneel, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 25 de maio de 2017, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como de outra forma mencionado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, intangível e impostos diferidos, provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa, arrendamento mercantil a receber e outras similares. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, Real, usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) mensurados pelo valor justo no resultado e (d) empréstimos e recebíveis.

Os instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia e suas controladas têm a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. No caso da Companhia e suas controladas referem-se aos depósitos bancários vinculados.

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia e suas controladas referem-se substancialmente a caixa e equivalente de caixa, conta a receber, contratos de mútuo, conta corrente com partes relacionadas e arrendamento mercantil a receber.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados pelo valor justo no resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, contratos de mútuo e conta corrente com partes relacionadas. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com prazo de vencimento de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento mercantil a receber

Acordo pelo qual a proprietária do ativo (arrendadora) cede a terceiro (arrendatária) o uso desse ativo por prazo determinado (equivalente a vida útil econômica), transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes ao uso do bem arrendado, recebendo por isso uma contraprestação suficiente para recuperar nesse prazo o custo do ativo e o retorno dos recursos investidos, bem como as despesas com operação e manutenção do bem.

Ao iniciar um contrato é preciso determinar se expressa um arrendamento. Um ativo específico é objeto de arrendamento quando o cumprimento do contrato depende da utilização daquele ativo especificado, caso em que o contrato transfere ao arrendatário o direito de controlar a utilização do ativo.

O parque gerador da controlada CEM está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a AME e ao final do contrato seus bens e instalações passarão a integrar o patrimônio da contratante sem ônus adicional. O contrato, dentre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes, configurou-se o arrendamento mercantil financeiro.

Na contabilização inicial do contrato, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento e, nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas do contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do índice geral de preços – mercado ("IGP-M") sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 15.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas indiretas CEM, CEP e CESA, tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para o cálculo do IRPJ e CSLL sobre o lucro corrente, as controladas indiretas adotam o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

Incentivos fiscais Regionais SUDAM / SUDENE – as controladas indiretas CEM, CEP e CESA gozam de benefício fiscal para investimento nas regiões Amazônica e Nordeste para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 2007 a 2016 na CEM, com vigência para o período de 2010 a 2019 na CEP e vigência para o período de 2011 a 2020 na CESA. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada indireta CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na lei de incentivo fiscal nº 8.313/1991 destinando até 4% do imposto devido para este fim, realiza também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180, de 2007, art. 1º), destinando também até 1% do imposto devido para este fim.

Até o exercício de 2015, as controladas indiretas ALI e ARE eram tributadas com base no lucro real, seguindo as mesmas normas supracitadas aplicáveis às demais, com exceção do benefício fiscal e Pronac. No exercício de 2016 as controladas indiretas ALI e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária, enquanto que a controlada Global Engenharia foi tributada com base no lucro real em ambos os exercícios.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM, CEP e CESA é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e foi reconhecido até 2015 nas controladas indiretas ALI e ARE, pois na tributação do lucro presumido o mesmo não é aplicável. O reconhecimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Lucro líquido por ação

Básico

O lucro líquido por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Diluído

O lucro líquido por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

Devido à Companhia não possuir operações com efeitos diluidores, o lucro líquido por ação básico e diluído possui o mesmo valor

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA e da ONS. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos

custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas, variação cambial e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

As políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção desses CPCs novos e revisados, aplicáveis à Companhia e sua Controlada, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior:

Pronunciamento	Descrição
• Alterações ao CPC 26 • Alterações ao CPC 27 e CPC 04	• Iniciativa de Divulgação • Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- | | |
|-----------------------|--|
| • Melhorias Anuais | • Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b) |
| • Alterações à IAS 12 | • Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a) |
| • IFRS 9 | • Instrumentos Financeiros (b) |
| • IFRS 15 | • Receitas de Contratos com Clientes (b) |
| • IFRS 16 | • Arrendamentos (c) |
| • Alterações à IAS 7 | • Iniciativa de Divulgação (d) |

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação			
	2016		2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<i>Holding</i>				
Global Participações em Energia S.A.	96,15%	-	96,15%	-
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A	-	76,92%	-	76,92%
Candeias Participações S.A.	-	84,93%	-	84,93%
CEP Participações S.A.	-	43,27%	-	43,27%
<i>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</i>				
Água Limpa Energia S.A	-	53,84%	-	53,84%
Areia Energia S.A	-	53,84%	-	53,84%
<i>Termoeletricas (UTE)</i>				
Companhia Energética Potiguar	-	85,57%	-	85,57%
Candeias Energia S.A.	-	84,93%	-	84,93%
Companhia Energética Manauara	-	46,15%	-	46,15%
São Francisco Energia S.A.	-	96,15%	-	96,15%
<i>Engenharia</i>				
Global Engenharia Ltda.	78,00%	-	78,00%	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2016	2015	2016	2015
Controladora	293.410	44.988	49.917	27.421
Baixa do diferido das controladas	(5.384)	(2.916)	-	-
Amortização do diferido	-	-	(2.468)	1.854
Acionistas controladores	288.026	42.072	47.449	29.275
Acionistas não controladores	147.492	130.452	35.555	27.475
Consolidado	<u>435.518</u>	<u>172.524</u>	<u>83.004</u>	<u>56.750</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	2016	2015
Caixa	2.519	783
Aplicações financeiras de alta liquidez	29.674	33.912
Total	<u>32.193</u>	<u>34.695</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 96,48% a 104,95% da remuneração do CDI.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	2016	2015
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	43.278	43.743
Banco da Amazônia S.A. - BASA	10.439	12.316
Caixa Econômica Federal - CEF	4.410	3.627
Banco Santander	659	38
Total	<u>58.786</u>	<u>59.724</u>
Circulante	5.345	14.770
Não circulante	53.441	44.954
Total	<u>58.786</u>	<u>59.724</u>

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente entre 95,79% e 98% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2016	2015
Valores a vencer	40.592	64.951
Valores a receber (a)	22.278	32.898
Valores a faturar	60.804	77.410
Total	<u>123.674</u>	<u>175.259</u>

- (a) Contas a receber decorrentes do transitado em julgado favorável à Companhia em duas ações judiciais, sendo o primeiro processo no montante de R\$2.680 de principal e de R\$3.455 de juros. Já no segundo processo, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.143, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à AME.

A Companhia, consubstanciada na análise do contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização do mesmo, e não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado	
	2016	2015
IRPJ	2.687	1.352
IRRF	-	90
IRRF sobre faturamento	2.247	2.480
IRRF sobre aplicações financeiras	1.634	3.663
INSS	673	2.293
CSLL estimativa	154	207
PIS sobre ativo imobilizado	1.076	1.059
PIS sobre faturamento	87	158
Cofins sobre ativo imobilizado	3.967	4.963
Cofins sobre faturamento	403	704
ICMS	-	97
PIS/Cofins/CSLL retido sobre faturamento	6.759	7.269
Outros	1.041	1.327
Total	<u>20.728</u>	<u>25.662</u>
Circulante	9.806	14.226
Não circulante	10.922	11.436
Total	<u>20.728</u>	<u>25.662</u>

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	2016	2015
Óleo diesel	16.990	19.625
Almoxarifado de peças para manutenção	46.317	52.449
Outros	1.646	112
Total	<u>64.953</u>	<u>72.186</u>

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber. A movimentação está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Ano de vencimento		
2016	-	29.362
2017	29.692	30.830
2018	29.093	30.830
2019 a 2025	258.877	251.716
Subtotal	317.662	342.738
Ajuste ao valor presente	(67.758)	(81.899)
Total	249.904	260.839
Circulante	29.692	29.362
Não circulante	220.212	231.477
Total	249.904	260.839

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

As controladas reconheceram os efeitos dos créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais, diferenças temporárias e eliminação dos ativos diferidos na consolidação, existentes em seus registros fiscais, por entender que estes serão compensados com as estimativas de lucros futuros, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos ativos

	Alíquota	Consolidado	
		2016	2015
Prejuízos fiscais acumulados		22.187	37.516
Bases negativas acumuladas		23.012	38.323
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(3.536)	(14.130)
Despesas pré-operacionais		5.231	4.903
Ativo diferido eliminado na consolidação		7.483	14.649
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		31.365	42.938
Total de bases negativas e diferenças temporárias		32.190	43.745
Imposto de renda	25%	7.841	10.734
Contribuição social	9%	2.897	3.937
Subtotal de imposto de renda e contribuição social diferidos		10.738	14.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		11.829	19.475
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(1.091)	(4.804)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		10.738	14.671

A expectativa da realização dos prejuízos fiscais e bases negativas, conforme o plano de negócios aprovado pela administração da Companhia e suas controladas diretas e indiretas está apresentado a seguir:

	Consolidado							2015
	2016							
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Subtotal	Despesas pré- operacionais	Custo de captação	Ativo diferido	Total	
2016	-	-	-	-	-	-	-	7.096
2017	870	340	1.210	356	(117)	13	1.462	676
2018	1.494	538	2.032	356	(187)	503	2.704	2.699
2019	1.643	590	2.233	356	(157)	503	2.935	2.809
2020	1.299	493	1.792	356	(157)	503	2.494	1.391
2021 em diante	241	111	352	355	(585)	1.021	1.143	-
Total	5.547	2.072	7.619	1.779	(1.203)	2.543	10.738	14.671

Tributos diferidos passivos

	Consolidado	
	2016	2015
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
- Imposto de renda e contribuição social	(339)	(665)
- PIS e COFINS diferidos	1.382	4.391
Impostos diferidos - reconhecimento na CESA	1.591	-
Impostos diferidos - reconhecimento na CEP	-	(34)
Impostos diferidos - reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	16.266	15.339
Total	18.900	19.031
Circulante	1.382	4.391
Não circulante	17.518	14.640
Total	18.900	19.031

- a) As controladas apuram e recolhem com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSSL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto 3.000/99, art. 409, Decreto-Lei nº 1.598/77, art. 10, §3), IN SRF 21/79, Lei nº 9.718/1998, art. 7º, parágrafo único.
- b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSSL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do CPC 6.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2016	2015
Eletrobrás - CCC-ISOL (a)	3.434	7.802
Wartsilla Finland OY (b)	2.497	8.761
Pesquisa e desenvolvimento	13.936	10.007
Títulos de créditos a receber	-	8.020
Adiantamento a fornecedor	4.435	527
Outras	3.304	4.797
Total	27.606	39.914
Circulante	20.256	28.854
Não circulante	7.350	11.060
Total	27.606	39.914

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobrás diretamente ao fornecedor e o gás natural é entregue a controlada indireta CEM para industrialização por conta e ordem da Amazonas Energia, não sendo um custo do processo.

A CEM efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo (ver nota explicativa nº 17) para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletrobrás junto ao fornecedor.

- (b) Refere-se ao valor a ser reembolsado devido ao pagamento em valor superior ao previsto em contrato.

13. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

2016					
	<u>Quantidade de</u>		<u>Capital</u>	<u>Patrimônio</u>	<u>Lucro</u>
	<u>ações / quotas</u>	<u>Participação</u>	<u>social</u>	<u>líquido</u>	<u>líquido</u>
Global Participações em Energia S.A.	22.776.764	96,15%	210.000	385.942	46.453
Global Engenharia Ltda.	1.256.400	78,00%	1.256	1.256	6.795
2015					
	<u>Quantidade de</u>		<u>Capital</u>	<u>Patrimônio</u>	<u>Lucro</u>
	<u>ações / quotas</u>	<u>Participação</u>	<u>social</u>	<u>líquido</u>	<u>líquido</u>
Global Participações em Energia S.A.	22.776.764	96,15%	210.000	339.489	18.217
Global Engenharia Ltda.	1.256.400	78,00%	1.256	1.929	12.776

Movimentação dos investimentos em controladas

	2014	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Aumento de capital	2015	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	2016
Global Participações em Energia S.A.	323.880	17.516	(159.469)	144.492	326.419	44.664	-	371.083
Global Engenharia Ltda.	2.762	9.965	(11.223)	-	1.504	5.300	(5.825)	979
Total	<u>326.642</u>	<u>27.481</u>	<u>(170.692)</u>	<u>144.492</u>	<u>327.923</u>	<u>49.964</u>	<u>(5.825)</u>	<u>372.062</u>

14. IMOBILIZADO

Taxa de depreciação	Consolidado									
	Terrenos (a)	Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	Móveis e utensílios 10%	Máquinas e equipamentos (a)	Montagens e Instalações 20%	Reservatório, barragens e adutoras (a)	Equipamentos de informática 20%	Imobilizado em curso	Outros	Total
<u>Custo corrigido</u>										
Saldos em 31/12/14	5.667	306.297	1.382	684.940	632	190.678	1.107	(202.154)	9.909	998.458
Adições	-	110	448	12.762	5.972	-	313	69.486	2.196	91.287
Baixa	-	-	-	(3)	-	-	-	(132)	-	(135)
Transferências	-	5.787	(58)	72.984	(3.451)	-	(127)	(65.490)	(9.645)	-
Saldos em 31/12/15	5.667	312.194	1.772	770.683	3.153	190.678	1.293	(198.290)	2.460	1.089.610
Adições	-	-	330	6.186	7.939	-	179	7.939	189	14.823
Baixa	-	-	-	(5.409)	-	-	-	(10)	-	(5.419)
Transferências	-	2.711	(65)	4.545	9	-	7	(10.353)	(2.021)	(5.167)
Saldos em 31/12/16	5.667	314.905	2.037	776.005	3.162	190.678	1.479	(200.714)	628	1.093.847
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldos em 31/12/14	(246)	(35.881)	(558)	(96.789)	(30)	(17.884)	(529)	-	(116)	(152.033)
Adições	(65)	(7.432)	(123)	(25.158)	(46)	(4.621)	(162)	-	(27)	(37.634)
Saldos em 31/12/15	(311)	(43.313)	(681)	(121.947)	(76)	(22.505)	(691)	-	(143)	(189.667)
Adições	(65)	(7.638)	(134)	(30.710)	(88)	(4.556)	(169)	-	(50)	(43.410)
Baixas	-	-	-	3.126	-	-	-	-	-	3.126
Transferências	-	1.856	136	3.082	-	-	110	-	(17)	5.167
Saldos em 31/12/16	(376)	(49.095)	(679)	(146.449)	(164)	(27.061)	(750)	-	(210)	(224.784)
Saldos líquidos em 31/12/16	5.291	265.810	1.358	629.556	2.998	163.617	729	(200.714)	418	869.063
Saldos líquidos em 31/12/15	5.356	268.881	1.091	648.736	3.077	168.173	602	(198.290)	2.317	899.943

- a) As controladas indiretas ALI e ARE adotam o prazo remanescente de autorização para produção de energia, a partir da data de entrada em operação, como a vida útil econômica dos bens de geração e transmissão de energia, quando este é menor, haja vista que não havendo prorrogação das autorizações, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União. As controladas Candeias e CEP adotaram as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com a Resolução Aneel nº 474/12 por entender que as mesmas refletem adequadamente a vida útil econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2016. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

As controladas indiretas ALI e ARE possuem edificações, obras civis e benfeitorias, reservatório, barragens, adutoras e máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$88.658 e R\$76.257 respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (2015, R\$94.476 e R\$81.245), líquidos de depreciação.

A controlada indireta CESA possui terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$578.197 (2015, R\$595.419), em 31 de dezembro de 2016, líquidos de depreciação.

A controlada indireta CEP possui benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$112.229 em 31 de dezembro de 2016 (2015, R\$112.781), líquidos de depreciação.

15. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	2016		2015
Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	1.622	(1.342)	280
Direito de passagem - servidões	1.797	(767)	1.030
Direitos de outorga	4.100	(1.161)	2.939
Ágio	7.055	-	7.055
Total	14.574	(3.270)	11.304

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da controlada indireta ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado entre a controlada indireta TEP e a RPE – Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

taxa de 20% a.a., enquanto que o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizados de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos.

Ágio

Em 16 de agosto de 2013, a controlada indireta CEP Participações S.A., comprou 20% da Companhia Energética Potiguar, onde foi apurado um ágio no valor justo de R\$7.055, cujo fundamento é a rentabilidade futura (*goodwill*) da adquirida conforme laudo emitido por empresa independente.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.055
Adições	48
Amortização	<u>(477)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.626
Adições	48
Amortização	<u>(370)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>11.304</u>

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conta corrente - Passivo:	Encargos incidentes	<u>Controladora</u>	
		2016	2015
Global Engenharia Ltda. (a)	<i>sem encargos</i>	1.291	1.292
Global Participações em Energia S.A. (a)	<i>sem encargos</i>	2	-
Jones Aranha de Sá (a)	<i>sem encargos</i>	-	76.320
Total		<u>1.293</u>	<u>77.612</u>

	Consolidado					
	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Mútuo						
Jones Aranha de Sá (d)	3.044	27.352	(4.479)	3.893	111.980	(2.915)
Djalma Nunes Fernandes (d)	-	10.786	(1.605)	-	9.182	(1.309)
BR - Petrobras Distribuidora (c)	-	3.729	(716)	-	5.220	(938)
Numa Empreendimentos Ltda. (a);(e)	8.020	-	-	218	-	-
RPE - Produtora de energia (b)	33.506	-	2.248	31.258	-	2.981
Pirapó Agropecuária (a)	-	-	-	31	-	-
Total	44.570	41.867	(4.552)	35.400	126.382	(2.181)
Circulante	3.044	-		4.142	81.501	
Não Circulante	41.526	41.867		31.258	44.881	
Total	44.570	41.867		35.400	126.382	

- (a) Os valores registrados como conta corrente não têm a incidência de encargos financeiros ou prazos de vencimento e são utilizados para capital de giro
- (b) Os valores registrados no ativo não circulante foram aportados pela TEP em nome da RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. nas controladas indiretas PCHs de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs - Água Limpa e Areia, corrigidos pelo IGP-M e sem vencimento previsto em contrato.
- (c) Recursos repassados para as controladas indiretas ALI e ARE para a viabilização da construção das PCHs Água Limpa e Areia, convertidos em mútuos.
- (d) Os valores registrados referem-se a mútuo contraídos para pagamento de dívidas, capital de giro e aquisição de investimentos.
- (e) Refere-se a saldo a receber relativo à venda de um terreno para construção de um novo projeto.

17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2016	2015
Petrobras Distribuidora S.A.	1.466	58.260
CCC Eletrobrás	-	7.802
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	1.402	3.456
Hyundai Heavy Industriesco Ltda	171	4.659
Raizen Combustíveis S.A.	-	2.281
Transcopel Transportes e Comércio	1.403	10.594
Wartsila do Brasil e Finlândia	10.509	69.267
Convênio BR – Santander	4.178	-
Venable LLP	5.930	4.476
Outros	11.610	25.749
Total	36.669	186.544

(a) ver nota explicativa nº 12.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado									
Composição da dívida	Ref.	Vencimento principal	Taxa efetiva	Encargos		Principal		Total	
				Circulante	Não circul.	Circulante	Não circul.	2016	2015
Moeda nacional									
Banco do Brasil	(a)	set/17	CDI + 2,1% a.a.	839	-	5.704	-	6.543	17.541
(-) Custos de transação				-	-	(57)	-	(57)	(135)
Subtotal				839	-	5.647	-	6.486	17.406
Banco Santander S.A.	(n)	(n)	2,53% a.a.	613	-	23.597	-	24.210	-
Subtotal				613	-	23.597	-	24.210	-
Banco Itaú	(b)	mai/19	CDI + 2,05% a.a.	166	-	23.310	33.127	56.603	79.989
(-) Custos de transação				-	-	(287)	(429)	(716)	(1.004)
Banco Itaú BBA S.A.	(m)	out/19	CDI + 4,09% a.a.	1.640	-	16.241	32.482	50.363	-
(-) Custos de transação				-	-	(359)	(652)	(1.011)	-
Subtotal				1.806	-	38.905	64.528	105.239	78.985
Banco BBM	(c)	jan/18	CDI + 5,78% a.a.	112	-	9.359	1.561	11.032	-
(-) Custos de transação				-	-	(48)	(13)	(61)	-
Banco BBM	(c)	nov/16	CDI + 5,91% a.a.	-	-	-	-	-	20.201
Subtotal				112	-	9.311	1.548	10.971	20.201
Banco do Nordeste - BNB	(d)	jun/25	8,5% a.a. c/bônus	122	-	27.304	204.778	232.204	259.523
(-) Custos de Transação				-	-	(1.446)	(9.887)	(11.333)	(12.669)
Banco do Nordeste - FNE	(d)	dez/24	10% a.a. c/bônus	203	-	5.795	36.736	42.734	48.787
(-) Custos de transação				-	-	(321)	(1.754)	(2.075)	(2.371)
Subtotal				325	-	31.332	229.873	261.530	293.270
Sudene - longo prazo	(e)	dez/31	TJLP + 1% a.a.	1.121	-	4.059	56.833	62.013	61.460
Subtotal				1.121	-	4.059	56.833	62.013	61.460
Caixa Econômica Federal	(f)	jun/30	TJLP + 3,7%	156	-	7.408	91.645	99.209	99.208
(-) Custo de transação				-	-	(9)	(110)	(119)	(147)
Subtotal				156	-	7.399	91.535	99.090	99.061
Banco da Amazônia S.A.	(g)	mai/30	8,5% ao ano	265	-	2.467	30.846	33.578	36.047
(-) Custos de transação				-	-	(91)	(1.140)	(1.231)	(1.322)
FDA	(h)	ago/13	TJLP + 1,65% a.a.	720	-	8.740	85.795	95.255	96.527
FNO EXT	(i)	nov/25	2,55% a.a.	16	-	1.015	8.024	9.055	10.066
FNO operacional	(i)	abr/19	8,5% ao ano	46	-	3.436	4.865	8.347	11.921
FNO (conversão)	(i)	out/26	8,5% ao ano	159	-	2.870	25.592	28.621	31.489
Subtotal				1.206	-	18.437	153.982	173.625	184.728
Banco ABC Brasil S.A.	(j)	mai/17	CDI + 3,62% a.a.	79	-	5.557	-	5.636	19.156
(-) Custo de transação				-	-	(25)	-	(25)	(101)
Subtotal				79	-	5.532	-	5.611	19.055
Banco Safra - C. Garantida	(k)	jan/17	CDI + 6,06%a.a.	13	-	1.127	-	1.140	-
Banco Safra - C. Garantida	(k)	mar/16	CDI + 5,91%a.a.	-	-	-	-	-	6.307
Subtotal				13	-	1.127	-	1.140	6.307
Infrabrasil	(l)	jun/21	IGPM+12,7%	22.594	63.809	-	-	86.403	71.400
Subtotal				22.594	63.809	-	-	86.403	71.400
BNDES				-	-	108	109	217	329
Subtotal				-	-	108	109	217	329
Total				28.864	63.809	145.454	598.408	836.535	852.202
Circulante				28.864	-	145.454	-	174.318	131.858
Não circulante				-	63.809	-	598.408	662.217	720.344
Total				28.864	63.809	145.454	598.408	836.535	852.202

- a) Portabilidade realizada do Banco Santander para o Banco do Brasil em um montante de R\$24.643. O contrato foi assinado em 13 de outubro de 2014. Originalmente o contrato com o Santander teve o objetivo de viabilizar a construção das PCH's.

Contrato assinado em 25 de setembro de 2006, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$45.000, para execução do projeto de construção da PCH, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescidos de 3,9% a.a. até o período de carência e de 3,7% a.a. a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando-se em 15 de julho de 2010 e finalizando em junho de 2030.

- b) Na CESA, em 23 de maio de 2014, foi emitido debêntures junto ao Banco Itaú BBA no valor de R\$105.000, com vencimento em 23 de maio de 2019, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,05% a.a.
- c) Na CEP, contratos assinados em 11 de novembro de 2015 e 1ª de dezembro de 2015, com liberações de R\$12.000 e R\$8.000 respectivamente, totalizando um valor de R\$20.000, para capital de giro de curto prazo, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 5,91% a.a.. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 13 de junho de 2016 e finalizando-se em 11 de novembro de 2016. O contrato foi aditivado em 2016, sendo o novo prazo para quitação do financiamento em jan/2018 e os encargos incidentes de 5,78% a.a. mais CDI.
- d) Na CESA em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025.

Na CEP, o contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R\$76.170, tem incidência de juros de 10% a.a. e bônus de adimplência de 25%. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando-se em 13 de março de 2010 e finalizando-se em 13 de dezembro de 2024.

- e) Na CESA, em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil no montante de R\$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI a.a., o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste e alterou o perfil da dívida, através de nova cédula de crédito junto a Sudene, aumentando o prazo para pagamento em dezenove anos e alterando a taxa de juros, para TJLP mais 1% a.a.
- f) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 pelas controladas indiretas ALI e ARE, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$45.000 (ALI) e R\$36.000 (ARE), para execução do projeto de construção da PCH, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescidos de 3,9% a.a. até o período de carência e de 3,7% a.a. a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e finalizando em junho de 2030.
- g) Contrato assinado em 10 de abril de 2010 pelas controladas indiretas ALI e ARE, no montante de R\$29.460 (ALI) e R\$18.503 (ARE), para execução do projeto da PCH, com incidência de taxa de juros de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010 e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e finalizando em maio de 2030.
- h) Em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, através de contrato particular celebrado junto ao Banco da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem o custo básico (variação acumulada da TJLP – taxa de juros a longo prazo), acrescidos de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% a.a. e encargos, a título de Del Credere, a taxa efetiva de 0,15% a.a., com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007 e finalizando em julho de 2027.

- i) Contratos assinados em 22 de março de 2007, 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia - BASA, nos montantes de R\$39.599, R\$44.214 e R\$10.133 respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e compra de máquinas para a usina termoeletrica e os demais para viabilizar a conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 8,50%, 8,50% e 2,94% ao ano, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente.
- j) Na CEP, contrato assinado em 6 de maio de 2015, no valor de R\$20.000, para capital de giro, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 3,62% a.a. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 01 de dezembro de 2015 e finalizando-se em 02 de maio de 2017.
- k) Na CEP, contrato de Conta Garantida com limite de crédito no valor de R\$15.000, para capital de giro de curto prazo. Os encargos financeiros incidentes equivalem a 100% da variação do CDI acrescidos de juros de 5,91% a.a. pagos mensalmente, caso venha a resgatar algum recurso, a partir de 30 de novembro de 2015 e finalizando-se em 29 de março de 2016. Em 2016 o contrato foi aditivado e o novo vencimento é em janeiro de 2017, sendo os encargos são de 6,06% ao ano mais CDI.
- l) Em 22 de junho de 2009, foi realizada a 1a Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série da espécie, no valor de R\$70.000 e, em 23 de dezembro de 2009, foi realizada a 2a Emissão privada de debêntures no valor de R\$20.000, com as mesmas características da emissão anterior, sendo que ambas foram integralmente subscritas pelo INFRABRASIL - Fundo de Investimento em Participações.

Sobre o montante do principal das debêntures incidem juros de 12,70% a.a. somados a variação do IGPM. As amortizações são semestrais, iniciando-se em 22 de junho de 2011, e finalizando-se em 22 de junho de 2021, sendo que o valor das amortizações estabelecido é de 70% da geração de caixa do semestre anterior ao vencimento de cada parcela. Caso a Companhia não amortize 30% do valor de sua dívida em 7 anos, o valor das amortizações passará a ser de 100% da geração de caixa do semestre anterior ao vencimento de cada parcela. De acordo com as projeções da CPSA, será amortizado no próximo exercício o montante de R\$35.243. Em 2017 a controlada indireta realizou a amortização de R\$89.642, conforme nota explicativa 30.

- m) Na CEP, em 20 de outubro de 2016, foi contratado um empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$48.713 e encargos correspondentes a 4,09% ao ano mais CDI com carência total de quatro meses, sendo o primeiro pagamento trimestral em 24 de fevereiro de 2017 e vencimento em 25 de outubro de 2019.
- n) A CESA possui contratos diversos com o Banco Santander (Brasil) S.A. com a finalidade de antecipação de pagamentos à Petrobras Distribuidora S.A. Tais contratos possuem vencimento médio de 45 dias.
- o) Contrato assinado pela controlada direta Global Engenharia para aquisição de ativo imobilizado (trator de esteiras).

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	119.486	767.140	886.626
Captações	89.574	-	89.574
Juros e variações monetárias provisionados	91.795	-	91.795
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(60.504)	-	(60.504)
Amortização dos custos de captação	2.280	-	2.280
Transferências	46.796	(46.796)	-
Pagamentos	(157.569)	-	(157.569)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	131.858	720.344	852.202
Captações	53.692	48.713	102.405
Custo de captação	(61)	(778)	(839)
Juros e variações monetárias provisionados	74.676	15.003	89.679
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(56.163)	-	(56.163)
Amortização dos custos de captação	2.240	-	2.240
Transferências	121.065	(121.065)	-
Pagamentos	(152.989)	-	(152.989)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	174.318	662.217	836.535

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	2016	2015
2017	-	119.587
2018	166.287	133.201
2019	84.856	143.526
2020	57.911	143.526
2021 em diante	353.163	180.504
Total	662.217	720.344

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

As debêntures de emissão da controlada indireta CPSA estão garantidas por: (a) Alienação Fiduciária de 35.448.602 (88,99 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pela Global Participações em Energia S.A.; (b) Alienação Fiduciária de 3.983.000 (10 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pelo Sr. Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho; (c) Alienação Fiduciária de 398.300 (1 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pela Djalma Nunes Fernandes Júnior; (d) Alienação Fiduciária de 100 (0,01 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas por Jones Aranha de Sá; (e) Cessão Fiduciária de recursos da Candeias Participações S.A. em conta aberta e mantida no Banco Santander; (f) Penhor em 2º grau de 139.830.000 (100%) ações ordinárias da Candeias Energia S.A. detida pela Candeias Participações S.A.; (g) Penhor em 2º grau dos Direitos Emergentes das Autorizações da Candeias Energia; (h) Penhor em 2º grau das Máquinas e Equipamentos da Candeias Energia; (i) Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios (86,1% dos recebíveis da Candeias Energia); (j) Hipoteca e 3º grau do terreno e suas Benfeitorias.

A escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois *covenants* financeiros, que devem ser cumpridos pela controlada indireta:

Cláusula restritiva - " <i>covenants</i> "	Índice requerido
Alavancagem financeira	máximo de 0,78x
Cobertura do serviço da dívida	maior ou igual a 1,1x

Em 31 de dezembro de 2016, os *covenants* foram atendidos.

Empréstimos e financiamentos

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – "*covenants*"

Termoelétrica Potiguar S.A.

O Contrato estabelece que a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio só poderá ocorrer quando o ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) estiver abaixo de 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2016, os *covenants* foram atendidos.

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado na Água Limpa Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 28.901.698 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 12.386.442 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos no valor de R\$28.497; (vi) Hipoteca do terreno de 330,081 hectares e suas benfeitorias; (vii) Interveniente – Companhia Energética Manauara; (viii) Fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$3.905.

Foi firmado na Areia Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 27.967.968 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 11.986.272 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$23.912; (vi) Hipoteca do Terreno de 121,348 hectares e suas Benfeitorias; (vii) Interveniente – Cia Energética Manauara; (viii) Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$2.855.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "*covenants*".

Cláusula restritiva - " <i>covenant</i> "	Índice requerido
Cobertura do serviço da dívida (*)	maior ou igual a 1,3 vezes
Patrimônio líquido / Passivo total (*)	maior ou igual a 23 %
Capital social / Investimento total (*)	maior ou igual a 23 %
Depósito bancário vinculado ao contrato (*) (**)	três vezes o serviço da dívida
Depósito bancário vinculado ao contratos BASA	10% do faturamento dos seis primeiros meses
	1/6 do valor correspondente ao maior serviço da dívida

(*) Caixa Econômica Federal

(**) Banco da Amazônia S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, todos os *covenants* foram atendidos.

Companhia Energética Manauara

- FNO I: a) Hipoteca cedular em 1º grau (terreno, usina, linha de transmissão); b) Extensão de alienação fiduciária da cédula de crédito bancário; c) Penhor cedular 1-dos direitos emergentes da cessão outorgados pela ANEEL; 2-dos direitos de crédito decorrentes do contrato de garantia firmado entre Amazonas Distribuidora de Energia S/A (AME) e a CEM; 3-dos direitos de crédito do contrato de suprimento e energia firmado entre AME e a CEM; 4-de ações do capital social da CEM; e 5-de ações ordinárias nominativas do capital da CEM;
- Giro Amazônia (médio prazo): Fiança da Petrobras Distribuidora (40%) e TEP (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO;
- FNO Conversão do gás: 1- Hipoteca do Terreno da Usina; 2 - Construções Civis Vinculado ao contrato FII-G-084-07/0017-2 (Construção Civil, Instalações e Infra Estrutura geral); 3 - Máquinas e Equipamentos Financiados através do contrato FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores Navais modelo Wartsila, completos com suas partes e acessórios; 4 - 05 (cinco) geradores; 06 - Alienação Fiduciária de 03 (três) Compressores.
- FNO Operacional: (Fiança da Petrobras Distribuidora (40%) e TEP (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 – FNO;
- Debêntures FDA: 1) Hipoteca do terreno da usina; 2) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos; 3) Seguro performance de conclusão do empreendimento 4) Cessão de direitos dos direitos emergentes de Concessão e Penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre AME e a CEM; 5) Penhor do contrato de garantia entre a Eletronorte, AME e a CEM.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido pelo BASA
Depósito bancário vinculado ao contratos BASA	1/6 do valor correspondente ao maior serviço da dívida Manter aplicado o valor referente ao primeiro e último serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2016, todos os *covenants* foram atendidos.

Candeias Energia S.A.

Os contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor de cessão e vinculação parcial dos recebíveis da controlada indireta; (ii) alienação fiduciária de 96,15% das ações ordinárias da Global Participações em Energia S.A. detidas pela Commandery Participações S.A.; (iii) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos da Companhia; (iv) hipoteca do terreno da Companhia e de suas benfeitorias; (v) Alienação Fiduciária de 3,85% das ações ordinárias da Global Participações em Energia S.A detidas por Jones Aranha de Sá; (vi) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (vii) Penhor de 100% ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Candeias Participações; (viii) Fundo de Liquidez em Conta Reserva; (ix) Aval Corporativo da Commandery; (x) Aval Corporativo da GPE; (xi) Interveniente Fiador Commandery Participações S.A.; (xii) Interveniente Fiador Global Participações em Energia.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>	<u>Instituição</u>
Depósito Vinculado ao Contrato	uma vez o serviço da dívida	Sudene
Depósito Vinculado ao Contrato	seis vezes o serviço da dívida	BNB

Em 31 de dezembro de 2016, todos os *covenants* foram atendidos.

Companhia Energética Potiguar

Os contratos de financiamentos firmados estão garantidos por: (i) Penhor dos direitos emergentes das autorizações, (ii) Cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis), (iii) Penhor de 599 (63,75%) ações ordinárias da CEP detidas pela Global Participações em Energia S.A., (iv) Autorização para distribuição de dividendos, exceto os obrigatórios, (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, (vi) Hipoteca do terreno e suas benfeitorias onde fica localizado a termoelétrica, (vii) Fundo de liquidez em conta reserva, (viii) Aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>
Depósito bancário vinculado ao contrato	Valor mínimo de R\$6.365

Em 31 de dezembro de 2016, os *covenants* foram atendidos.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ	-	-	2.430	1.191
INSS serviços de terceiros	-	-	364	575
PIS	-	-	293	116
COFINS	-	-	1.373	547
CSLL	-	-	2.539	560
PIS/COFINS/CSLL retidos	-	1	104	80
ICMS	-	-	2.939	2.786
Parcelamento PIS e COFINS	-	-	6.509	-
Outros	-	-	2.247	2.236
Total	-	1	18.798	8.091
Circulante	-	1	13.769	8.091
Não circulante	-	-	5.029	-
Total	-	1	18.798	8.091

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

CEP

De acordo com os assessores jurídicos da controlada não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais, dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Com relação às causas de natureza ativa, em que a controlada é autora da ação, há duas causas com probabilidade de êxito possível, movidas contra o fornecedor Caterpillar, com valor de causa estimado em R\$65 milhões, referente à reparação de danos causados por moto geradores comprados pela controlada e contra o Conselho nacional de política energética, com valor de causa estimado em R\$12 milhões, referente aos artigos 2º e 3º da resolução 03/2013 do mesmo.

De acordo com os assessores jurídicos da controlada não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais, dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

CPSA

De acordo com os assessores jurídicos das controladas indiretas não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais, dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista no montante de R\$3.153.

TEP

As principais demandas judiciais são as seguintes:

(a) As controladas indiretas ARE e ALI são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada as PCHs. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações das PCHs. Contudo, as controladas indiretas já possuem a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2016, as controladas possuíam depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$265 (2015, R\$204). Os assessores jurídicos das controladas indiretas consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração das controladas, não constituíram nenhuma provisão para fazer face a eventuais perdas.

(b) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual as controladas indiretas são associadas, obteve liminar suspendendo

os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal. Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à resolução mencionada. Dessa forma, as controladas indiretas efetuaram o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$76), sem os efeitos da resolução CNPE nº 3.

(c) Em 31 de dezembro de 2015, a CEM possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

De acordo com os assessores jurídicos da controlada e controladas indiretas não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$220.000 (R\$14.634, em 2015) está representado por 220.000.000 ações ordinárias (14.634.106, em 2015), sem valor nominal e está distribuído da seguinte forma:

Acionista	2016		2015	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Jones Aranha de Sá	219.993.987	99,997%	14.633.706	99,997%
Fox Participações Ltda	6.013	0,003%	400	0,003%
Total	220.000.000	100,00%	14.634.106	100,00%

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 18 de julho de 2016, em assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$205.366, com a emissão de 205.365.894 ações ordinárias rateadas nas devidas proporções entre os acionistas Jones Aranha de Sá (99,997%) e Fox Participações Ltda (0,003%), através da realização de saldo de AFAC, mútuo conta corrente com a parte relacionada Jones Aranha de Sá e saldo de dividendos a pagar, respeitando as devidas proporções.

Em 19 de dezembro de 2016, a Administração aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.681.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R\$2.496 em 31 de dezembro de 2016.

Reserva de lucros – lucro retido

A Companhia destinou a conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$35.566 observado o disposto no artigo 194 da Lei 6.404/76.

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	49.917
Reserva legal	(2.496)
Base para dividendos	<u>47.421</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>11.855</u>

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$77.311 (R\$205.284, em 2015), sendo de R\$80.449 (R\$207.498, em 2015) no Consolidado. Tão logo a situação financeira da Companhia e de suas controladas permita, os dividendos serão amortizados.

Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Conforme previsto no artigo 202 § 4º da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$11.855, em função da situação financeira da Companhia. Esses dividendos serão distribuídos tão logo a situação financeira permitir.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	105.178	68.309
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(35.761)	(23.225)
Diferenças temporárias e permanentes		
CPC 06	2.068	3.710
Adições e exclusões líquidas	(22.717)	(28.671)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	18.780	1.146
Despesas indedutíveis	<u>7.075</u>	<u>9.367</u>
Impostos correntes sobre lucro real	(30.555)	(37.673)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(967)	(1.374)
Imposto de renda e contribuição social	(31.522)	(39.047)
Incentivos fiscais do imposto de renda	16.159	14.873
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(6.811)</u>	<u>12.615</u>
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(22.174)</u>	<u>(11.559)</u>

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2016	2015
Receita de venda de energia	673.890	1.314.864
Deduções de vendas		
ICMS	(31.146)	(27.663)
PIS	(11.488)	(22.802)
Cofins	(52.940)	(105.029)
P&D	(5.636)	(11.422)
Total	<u>572.680</u>	<u>1.147.948</u>

24. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos e despesas com pessoal	-	-	(45.785)	(61.029)
Materiais	-	-	(44.891)	(104.701)
Depreciação e amortização	-	-	(43.780)	(38.111)
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	(1.134)	(1.059)
Taxa de utilização do sistema de transmissão	-	-	(8.361)	(8.406)
Custos com manutenção e operação	-	-	(5.795)	(18.191)
Compra de óleo combustível	-	-	(174.051)	(709.301)
Equivalência patrimonial	49.964	27.481	-	-
Compra de energia elétrica	-	-	(48.569)	-
Encargos de uso de rede	-	-	(14.206)	(14.205)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(1.101)	(10.566)
Custos e despesas com seguros	-	-	(4.057)	(3.716)
Despesas com viagens e comunicações	-	-	(1.603)	(1.595)
Serviços de terceiros	(42)	(23)	(15.924)	(23.105)
Assessoria e consultoria	-	(21)	(20.347)	(22.023)
Tributos	(5)	-	(5.977)	(1.723)
Outros	-	(16)	1.637	(8.426)
Total	<u>49.917</u>	<u>27.421</u>	<u>(433.944)</u>	<u>(1.026.157)</u>
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(381.204)	(966.311)
Gerais e administrativas	(47)	(60)	(47.968)	(56.612)
Honorários dos administradores	-	-	(5.594)	(3.856)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	822	622
Equivalência patrimonial	49.964	27.481	-	-
Total	<u>49.917</u>	<u>27.421</u>	<u>(433.944)</u>	<u>(1.026.157)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2016	2015
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre aplicações	9.107	8.593
Juros de mútuo	2.248	2.981
Juros e multa a faturar (b)	20.022	16.280
Descontos obtidos	593	2.348
Juros recebidos	24	399
Reversão do ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	10.961	6.971
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil (a)	18.131	26.147
Pis e cofins sobre receita financeira	(862)	(518)
Outras receitas	4.712	2.171
Total receitas financeiras	<u>64.936</u>	<u>65.372</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(89.679)	(91.795)
Amortização dos custos de captação	(2.240)	(2.280)
Juros de mora	(5.226)	(1.995)
Juros e multa s/impostos	(438)	(5)
Juros s/mútuos	(6.800)	(5.162)
IOF	(8)	(870)
Comissões e despesas bancárias	(1.818)	(1.567)
Outras despesas	(2.936)	(2.363)
Total despesas financeiras	<u>(109.145)</u>	<u>(106.037)</u>
Variações cambiais	10.651	(12.817)
Resultado financeiro	<u>(33.558)</u>	<u>(53.482)</u>

(a) Refere-se à atualização do contas a receber pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato. Ver nota explicativa nº 10.

(b) Ver nota explicativa nº 7.

26. SEGUROS

As controladas indiretas ALI, ARE, CEM, CESA e CEP possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016, as Controladas Indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	Seguros				
	ALI	ARE	CEM	CESA	CEP
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	105.935	94.118	746.737	554.326	121.174
Lucros cessantes	18.764	17.494	-	-	-
Responsabilidade civil	-	-	30.629	-	30.000

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por uma pessoa jurídica e uma pessoa física. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e AME, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de “rating”.

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de

mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros – Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundo da flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) – o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a AME. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia – As controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar esse risco, as controladas aderiram ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

Quanto à escassez de combustível – A controlada CEM gera energia por meio de UTE, numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria em redução de receita e aplicação de multas por parte da AME. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	2017	2018	2019	2020	2021 em diante
<u>Passivos financeiros</u>					
Dividendos a pagar	77.311	-	-	-	-
Partes relacionadas	<u>1.293</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>78.604</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Consolidado					
	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	32.193	-	-	-	-	32.193
Depósitos bancários vinculados e aplicações financeiras	5.345	-	-	-	53.441	58.786
Contas à receber	123.674	-	-	-	-	123.674
Partes relacionadas	3.044	-	-	-	41.526	44.570
Arrendamento mercantil a receber	29.692	29.093	29.093	29.093	132.933	249.904
Outras contas a receber	20.256	-	-	-	7.350	27.606
Total	214.204	29.093	29.093	29.093	235.250	536.733
Passivos financeiros						
Fornecedores	36.669	-	-	-	-	36.669
Empréstimos, financiamentos e debêntures	174.318	166.287	84.856	57.911	353.163	836.535
Dividendos a pagar	80.449	-	-	-	-	80.449
Obrigações tributárias	13.769	1.257	1.257	1.257	1.258	18.798
Obrigações sociais e trabalhistas	6.683	-	-	-	-	6.683
Partes relacionadas	-	-	-	-	41.867	41.867
Outras contas a pagar	30.393	-	-	-	9.330	39.723
Total	342.281	167.544	86.113	59.168	405.618	1.060.724

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, depósitos bancários vinculados, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2015. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

		Consolidado					
Modalidade	Risco	Cenário			Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III	Provável I	Possível II	Remoto III
<u>Passivos</u>							
Sudene - longo prazo	Alta da TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	(66.664)	(67.827)	(68.989)
Caixa Econômica Federal	Alta da TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	(106.522)	(108.380)	(110.238)
BASA FDA	Alta da TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	(102.399)	(104.185)	(105.971)
Banco do Brasil	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(7.115)	(7.272)	(7.430)
Banco Itaú	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(115.447)	(117.999)	(120.551)
Banco BBM	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(12.035)	(12.301)	(12.567)
Banco ABC	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(6.155)	(6.291)	(6.427)
Infrabrasil	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(94.784)	(96.879)	(98.975)
Banco Safra - C. Garantida	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(1.251)	(1.278)	(1.306)
Contratos de mútuo	Alta do CDI	9,70%	12,13%	14,55%	(45.928)	(46.943)	(47.959)
					<u>(558.300)</u>	<u>(569.355)</u>	<u>(580.413)</u>
<u>Ativos</u>							
Aplicações e depósitos vinculados	Baixa do CDI	9,70%	7,28%	4,85%	64.488	63.063	61.637
Aplicações curto prazo	Baixa do CDI	9,70%	7,28%	4,85%	32.552	31.833	31.113
Contratos de mútuo	Baixa do IGPM	5,00%	3,75%	2,50%	35.181	34.762	34.344
					<u>132.221</u>	<u>129.658</u>	<u>127.094</u>
<u>Receita</u>							
Receita de venda	Baixa do IGPM	5,00%	3,75%	2,50%	141.385	139.701	138.018
Receita de venda	Baixa do IPCA	4,80%	3,60%	2,40%	565.121	558.651	552.180
					706.506	698.352	690.198
	Total				<u>280.427</u>	<u>258.655</u>	<u>236.879</u>
	Efeito no patrimônio líquido e resultado				<u>(1.354)</u>	<u>(23.126)</u>	<u>(44.902)</u>

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2016, as controladas indiretas Água Limpa e Areia Energia possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$1.654 (Água Limpa) R\$1.279 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$370 (Água Limpa) e R\$297 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031;
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.016 (Água Limpa) e R\$785 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2017;
- Assessoria e gestão no valor de R\$268 (Água Limpa) e R\$197 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta CESA possui contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$82.130, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$16.035, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$39.562, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$5.396, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$22.937, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$4.289, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta CEP possui contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.073, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$493), com vigência até o final da autorização de operação das Usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$513), com vigência até 1º de janeiro de 2024.
- Locação de imóveis e hipoteca (R\$26 e R\$41, respectivamente), com vigência até 31 de dezembro de 2023.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo combustível com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só decorrem de desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2015

- Compensação de mútuo passivo com recebimento de dividendos no montante de R\$32.369 (GPE);
- Aumento de capital com reservas de lucro no montante de R\$103.016 (GPE);
- Distribuição de reserva de lucros para dividendos a pagar no montante de R\$966;
- Compensação de dividendos distribuídos com mútuo ativo no montante de R\$28.269 (GPE);

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$18.002 (GPE), R\$2.042 (ALI) e R\$1.046 (ARE), R\$3.681 (CEM), R\$71 (TEP), R\$38.979 (CEP), R\$67.296 (CESA);
- CCC Eletrobrás de R\$27.835. Ver nota explicativa nº 12 (CEM);

Exercício de 2016

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.377 (ALI), R\$1.632 (ARE), R\$947 (TEP), R\$4.626 (CEM) e R\$28.290 (CESA) e R\$6.983 (CEP).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos no montante de R\$904 (CEM).
- Distribuição de dividendos com compensação de saldo de partes relacionadas no montante de R\$3.627 (CEM).
- Aumento de capital no montante de R\$205.366 através de compensação com saldos de AFAC (R\$38), partes relacionadas (R\$76.319) e dividendos a pagar (R\$129.009).
- Pagamento de dividendos através de dividendos recebidos no montante de R\$5.825.
- Constituição de dividendos a pagar no montante de R\$6.861.
- Compensação de saldo da CCC Eletrobrás no montante de R\$26.180 (CEM). Ver nota explicativa nº 12.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2017 os contratos de seguro de suas controladas indiretas foram renovados com cobertura considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 17 de fevereiro e 12 de abril de 2017, a controlada indireta CPSA realizou a amortização de R\$39.383 e R\$50.259, respectivamente, do saldo de debêntures emitidas junto ao Infrabrazil.

Em 2 de fevereiro de 2017 na Controlada CEP foram recebidos recursos referentes ao empréstimo de debêntures com o Banco Itaú S.A., regulamentado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, no montante total de R\$40.000 de um total contratado de R\$55.000.

Em 13 de fevereiro de 2017 a Controlada CEP realizou a distribuição de dividendos no montante de R\$39.383 mil através de ata de Assembleia Geral Extraordinária utilizando parte do saldo da reserva de lucros.

Em 15 de março de 2017, a Controlada CEP realizou o parcelamento de R\$785 mil referente aos impostos PIS, Cofins e IOF devido à Perdcomp's que foram indeferidos pela Receita Federal.
